

**Os referenciais teórico-epistemológicos nas pesquisas acadêmicas sobre
mercantil-filantropização da educação***

**Theoretical-epistemological frameworks in academic research on the
commercial-philanthropic nature of education**

**Los marcos teórico-epistemológicos en las investigaciones académicas
sobre mercantil-filantropización de la educación**

Isabela Cristina dos Santos Porto**

 <https://orcid.org/0000-0003-2839-8607>

Gisele Masson***

 <https://orcid.org/0000-0002-9799-5950>

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as perspectivas teórico-epistemológicas e o posicionamento epistemológico das produções acadêmicas, no recorte de 2012 a 2022, que abordam a temática da mercantil-filantropização da educação. Na contemporaneidade, cresce a influência de empresários no setor educacional, o que tem suscitado intensos debates sobre o seu papel no contexto pedagógico e nas políticas educacionais. O método utilizado ancora-se no materialismo histórico-dialético, incluindo a pesquisa bibliográfica sob a abordagem qualitativa. O estudo busca ampliar o entendimento sobre os empresários da educação e os aspectos teórico-epistemológicos presentes nas produções acadêmicas.

Palavras-chave: Metapesquisa. Fundamentos teórico-epistemológicos. Mercantilização da educação.

Abstract: This paper aims to identify the theoretical-epistemological perspectives and epistemological positioning of academic works produced between 2012 and 2022 that address the theme of the commercial-philanthropicization of education. In contemporary times, the influence of entrepreneurs in the education sector is growing, which has sparked intense debates about their role in the pedagogical context and in education policies. The method used is anchored in historical-dialectical materialism, including

* A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES).

** Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Pedagogia pela UEL. Desenvolve pesquisa na área de Políticas Educacionais nos temas Educação e Políticas, Educação Escolar, Educação não Formal e Fundamentos da Educação. *E-mail:* <isabelaporto10@hotmail.com>.

*** Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do PPGE da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais: relações entre capital, trabalho e Estado. Desenvolve pesquisas na área de Políticas Educacionais relacionadas ao tema da formação e valorização docente, sindicalismo docente e determinantes econômico-sociais na política educacional. *E-mail:* <gimasson@uol.com.br>.

bibliographical research under the qualitative approach. The study seeks to broaden the understanding of entrepreneurs in education and the theoretical-epistemological aspects present in academic productions.

Keywords: Metaresearch. Theoretical-epistemological foundations. Commodification of education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar las perspectivas teórico-epistemológicas y el posicionamiento epistemológico de las producciones académicas, de 2012 a 2022, que abordan la temática de la mercantil-filantropización de la educación. En la contemporaneidad, crece la influencia de empresarios en el sector educativo, lo que ha provocado intensos debates sobre su papel en el contexto pedagógico y en las políticas educativas. El método utilizado se basa en el materialismo histórico-dialéctico, incluyendo la investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo. El estudio busca ampliar el entendimiento sobre los empresarios de la educación y los aspectos teórico-epistemológicos presentes en las producciones académicas.

Palabras clave: Meta-investigación. Fundamentos teórico-epistemológicos. Mercantilización de la educación.

Introdução

A educação brasileira tem sido, cada vez mais, objeto de interesse do campo empresarial, especialmente com a atuação de institutos, organizações e fundações privadas em projetos educacionais, desde a definição do conteúdo do currículo da Educação Básica e a elaboração de materiais didáticos até a gestão de escolas e universidades. Isso tem gerado debates sobre o conteúdo, a qualidade da educação almejada e a privatização do ensino.

Um dos principais argumentos dos defensores da participação dos empresários na educação é que eles podem trazer inovação e eficiência para o setor. Além disso, um dos discursos é o de que a gestão privada de escolas pode trazer mais agilidade e flexibilidade na tomada de decisões, o que pode ser benéfico para a educação. Isso significa que a educação passa a ser vista como um produto que pode ser vendido e comprado, em vez de um direito fundamental garantido pelo Estado.

Nesse contexto, os empresários da educação são aqueles que investem em negócios educacionais, sistemas de ensino e editoras de livros didáticos, além de estabelecerem relações e acordos com o poder público. A influência de empresários impacta diretamente a oferta de educação, fixando relações com o Estado sob o discurso de uma educação de melhor qualidade. No entanto, a busca pelo lucro pode comprometer a qualidade da educação ofertada, especialmente quando o empresário interfere na formulação do currículo (Freitas, 2004).

Entendemos que compreender a relação entre políticas educacionais, empresários e a mercantil-filantropização¹ da educação tem sua relevância analítica no sentido de explicar a disputa por um projeto de educação que esteja em sintonia com as demandas de determinados segmentos da sociedade civil, para a recomposição dos patamares de acumulação do capital em sua fase descendente.

A “mercantil-filantropização”, conforme Fontes (2010), visa à interseção entre os interesses mercantis e filantrópicos que permeiam a dinâmica da sociedade contemporânea. Esse fenômeno, segundo a autora, marca uma transformação na lógica do capitalismo, na qual as empresas não buscam apenas o lucro financeiro, mas também a construção de uma imagem pública benevolente por meio de práticas filantrópicas. Fontes (2010) argumenta que a mercantil-filantropização é uma adaptação do capitalismo às demandas da sociedade contemporânea, na qual as questões sociais e

¹ Processo decorrente das décadas de 1970 e 1980 sobre organizações militantes que têm como pauta a redefinição de estratégias das organizações aproximadas das lutas classistas (Fontes, 2010).

ambientais ganham crescente importância. Contudo, a autora ressalta que essa transformação não implica a superação das contradições do sistema capitalista, mas sim uma reconfiguração delas em um novo contexto.

Ademais, com o intuito de aprofundar os estudos acerca da mercantil-filantropização da educação, apresentamos um recorte da pesquisa de Mestrado em Educação, na qual buscamos realizar um balanço crítico das produções acadêmicas sobre o tema. Neste artigo, apresentamos os fundamentos teórico-epistemológicos que vêm sendo utilizados nas produções acadêmicas. Desse modo, apresentamos as produções analisadas, publicadas entre os anos de 2012 e 2022, selecionadas no Catálogo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no *Redalyc Scientific Information System*, no *Google Acadêmico*, no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme os interesses do objeto de estudo.

Inicialmente, apresentamos uma fundamentação teórico-epistemológica como eixo central para a análise das pesquisas sobre a mercantil-filantropização da educação. Gamboa (2008), Mainardes (2017) e Tello (2012), por exemplo, enfatizam a relevância de explicitar os referenciais epistemológicos, destacando que compreender a natureza, a origem e os limites do conhecimento é crucial para o campo acadêmico.

Para ilustrar esses posicionamentos, organizamos os trabalhos em diferentes categorias epistemológicas, conforme apresentado mais adiante na Tabela 1, sobre as perspectivas teórico-epistemológicas, e na Tabela 2, sobre os posicionamentos epistemológicos. Essa sistematização foi realizada com base na análise de 66 trabalhos acadêmicos, abrangendo artigos, dissertações e teses, produzidos entre 2012 e 2022 no campo da Política Educacional.

Esse cenário reflete a preocupação dos pesquisadores em examinar a interação entre o processo de mercantilização da educação, o papel das parcerias público-privadas e a influência das organizações filantrópicas no campo educacional. Essas análises evidenciam o esforço da academia em desvendar as implicações dessas iniciativas na perpetuação de desigualdades e na consolidação de uma hegemonia social, contribuindo para um debate crítico sobre os limites e as possibilidades das políticas educacionais contemporâneas.

Referencial teórico-analítico para a análise epistemológica em pesquisas sobre a mercantil-filantropização da educação

Diferentes autores, como Gamboa (2008), Mainardes (2017) e Tello (2012), que discutem a produção do conhecimento, frequentemente tratam da importância da explicitação teórico-epistemológica nas produções acadêmicas, considerando que a epistemologia é fundamental para a compreensão das bases do conhecimento, investigando sua natureza, origens e limitações. Segundo Chalmers (1999), as diretrizes epistemológicas influenciam diretamente a visão dos pesquisadores sobre a realidade, estabelecendo os princípios que orientam suas indagações científicas, bem como a escolha de teorias, métodos, abordagens analíticas e interpretações finais.

A escolha de certas perspectivas epistemológicas exige dos pesquisadores uma prática constante de reflexão sobre o próprio processo de realização da pesquisa. Isso implica manter uma vigilância crítica, no sentido de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2015), sobre os fatores sociais que permeiam o processo de produção do conhecimento na pesquisa. Tais questões envolvem a aplicação consciente e crítica das teorias adotadas, assim como a conscientização sobre possíveis limitações em relação ao próprio objeto investigado.

Guba e Lincoln (2005) partem do pressuposto de que todo pesquisador se baseia em concepções específicas que orientam suas práticas investigativas, as quais são influenciadas por componentes fundamentais, como a ontologia, que trata da natureza do ser; a epistemologia, relacionada à natureza do conhecimento; a metodologia, que busca as melhores estratégias para a construção do conhecimento; e a axiologia, que examina a influência dos valores no desenvolvimento do conhecimento.

Considerando esses aspectos da pesquisa, utilizamos o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), apresentado por Tello (2012). Nesse enfoque, o autor indica três componentes analíticos: a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico e o enfoque epistemológico.

De acordo com Tello (2012), a perspectiva epistemológica trata da abordagem teórica adotada pelo pesquisador para nortear o processo investigativo. Essa escolha trará implicações na forma como o objeto de estudo é compreendido e problematizado no campo da política educacional. O posicionamento epistemológico refere-se à postura do pesquisador frente às questões de investigação, considerando tanto os aspectos ontológicos quanto os epistemológicos.

O enfoque epistemológico trata da articulação entre a epistemologia e a metodologia. Envolve uma análise crítica sobre como os métodos são empregados para investigar o objeto de estudo, bem como sobre as implicações teóricas dessa escolha. Esse componente destaca a relação entre o processo de investigação e os pressupostos teóricos subjacentes, permitindo que as metodologias sejam avaliadas e ajustadas à luz das perspectivas epistemológicas escolhidas.

Tendo isso em vista, este artigo apresenta as contribuições das produções acadêmicas relacionadas à mercantil-filantropização da educação, destacando a relevância dos referenciais teórico-epistemológicos utilizados nessa área. Na seção seguinte, apresentamos os encaminhamentos metodológicos realizados na pesquisa.

Encaminhamentos metodológicos da pesquisa

Realizamos o levantamento das produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos), no recorte temporal de 2012 a 2022, como já apontamos, nas seguintes plataformas: BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Periódicos CAPES, *Redalyc Scientific Information System* e *Google Acadêmico*. Para o levantamento, utilizamos os seguintes descritores: filantropia e empresários da educação; empresariamento e instituições filantrópicas; terceiro setor e educação; organizações sociais empresariais; política educacional e filantropia; e aparelhos privados de hegemonia e educação. As pesquisas selecionadas foram classificadas de acordo com a relevância para o objeto de estudo, e as análises resultaram nas categorias elencadas.

Com esses descritores, realizamos a busca refinada, delimitando o recorte temporal e aplicando os termos entre aspas para maior precisão. Posteriormente, as pesquisas foram selecionadas para análise. Inicialmente, realizamos a leitura dos resumos de todas as pesquisas encontradas, direcionando-nos para uma busca mais específica. Em seguida, procedemos à leitura integral dos trabalhos que apresentaram maior aderência ao nosso objeto de pesquisa.

As produções encontradas foram selecionadas e submetidas a um processo de categorização. Nas plataformas pesquisadas, identificamos um total de 166 trabalhos voltados à educação. As produções acadêmicas analisadas totalizaram 66 trabalhos, categorizados de acordo com o foco central de suas análises. Assim, a análise epistemológica realizada foi fundamentada na metapesquisa.

De acordo com Mainardes (2018), a metapesquisa é um tipo de estudo que se concentra na análise dos fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos de pesquisas realizadas em um determinado campo de conhecimento. Diferentemente de revisões de literatura ou estudos sobre o estado da arte, a metapesquisa não busca comparar ou sintetizar resultados de pesquisas anteriores. Em vez disso, seu objetivo principal é investigar como as pesquisas são conduzidas, quais métodos e teorias sustentam suas abordagens e quais são suas contribuições para o avanço do conhecimento. A partir disso, este artigo se ancora na metapesquisa de 66 trabalhos, incluindo artigos, dissertações e teses, realizada no contexto da pesquisa de Mestrado no campo da Política Educacional.

As perspectivas teórico-epistemológicas foram classificadas de acordo com cada pesquisa, sendo elas: materialismo histórico-dialético; enfoque neoinstitucional (institucionalismo normativo, histórico, de redes); enfoque histórico-sociológico; teoria de Bourdieu; enfoque jurídico-institucional; teorização combinada; e teorização adicionada.

Considerando que nenhuma pesquisa é neutra, torna-se necessário explicitar suas fundamentações teórico-epistemológicas. Cabe ao pesquisador exercer uma “vigilância epistemológica” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2015) ou, no sentido de Bachelard (1971), uma “vigilância permanente” (vigiar a própria vigilância) sobre os pressupostos epistemológicos que orientam sua investigação, uma vez que o método e a metodologia refletem diretamente no desenvolvimento da pesquisa.

Perspectivas teórico-epistemológicas das produções sobre a mercantil-filantropização da educação

Mainardes (2017), com base em McLennan (1995), explica que a teorização combinada se refere ao uso simultâneo de várias teorias, com a devida justificação e aproximações, considerando diferentes perspectivas epistemológicas que podem enriquecer a análise. Essa abordagem propicia uma análise mais abrangente e integrada, ao possibilitar a articulação de conceitos e teorias provenientes de diferentes matrizes teóricas. O autor indica que a prática da teorização adicionada se refere à incorporação, muitas vezes arbitrária, de teorias, conceitos e ideias provenientes de diferentes correntes teóricas e perspectivas epistemológicas. Essa abordagem tende a gerar um conjunto de proposições que carecem de coerência, unidade e articulação teórica. A mera sobreposição de ideias de autores diversos, sem a devida integração e fundamentação, resulta em um referencial teórico frágil, desestruturado e epistemologicamente inconsistente, comprometendo a solidez e a clareza da análise proposta.

O materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, é uma abordagem que entende a história e a sociedade a partir da análise das relações sociais de produção e seus antagonismos, que se desdobram a partir da estrutura econômica da sociedade capitalista (Marx; Engels, 2007). Essa perspectiva teórico-epistemológica parte do princípio de que a realidade social é determinada pelas condições materiais e pela luta de classes, considerando que as contradições fundamentais do sistema socioeconômico impulsionam mudanças históricas.

O neoinstitucionalismo engloba diversas abordagens que buscam compreender como as instituições influenciam o comportamento e as escolhas dos indivíduos e grupos sociais. Entre as abordagens estão o institucionalismo normativo, que enfatiza o papel das normas e dos valores institucionais na formação de comportamentos (March; Olsen, 1989); o institucionalismo histórico, que analisa como as trajetórias históricas moldam as instituições e os padrões de ação coletiva (Pierson, 2004); e o institucionalismo de redes, que explora as interações entre atores organizacionais em redes institucionais (Powell; DiMaggio, 1991).

A abordagem histórico-sociológica busca compreender os processos sociais a partir de uma análise detalhada das trajetórias históricas e das condições estruturais. Tilly (2008) utiliza essa abordagem para explorar como a estrutura social e as políticas se desenvolvem ao longo do tempo, levando em conta fatores como conflito, poder e mudança institucional. Essa perspectiva busca explicar a relação entre passado e presente, enfatizando a importância do contexto histórico nas análises sociais.

Bourdieu (1989) propôs uma teoria que combina elementos de estruturalismo e construtivismo para explicar as dinâmicas sociais e as relações de poder. O autor opera com uma perspectiva epistemológica que pode ser denominada relacional, pois busca apreender as relações objetivas que estruturam a realidade social e as formas de dominação.

A abordagem histórico-filosófica investiga as características sociais e culturais a partir de suas raízes filosóficas e históricas, examinando como as ideias e os valores evoluem ao longo do tempo. Essa perspectiva permite uma compreensão profunda das bases filosóficas que moldam a estrutura social e as dimensões culturais.

A abordagem jurídico-institucional examina o papel das instituições jurídicas na conformação das relações sociais e políticas. Segundo Weber (2001), as leis e as regulamentações moldam o comportamento dos indivíduos e a organização da sociedade, constituindo-se como uma ferramenta de manutenção da ordem e do controle social. Essa abordagem é fundamental para entender a relação entre direito, poder e sociedade.

A partir dessas perspectivas encontradas nos trabalhos, destacamos, com base em Tello (2012), que a identificação da perspectiva epistemológica exige uma análise integral do texto, de modo a captar a lógica interna que estrutura a discussão, avaliando a coerência entre o referencial teórico adotado, o posicionamento epistemológico na análise dos dados, as discussões e as conclusões, além do enfoque epistemológico. Desse modo, as classificações foram feitas como tentativas de sistematização e exercícios de análise em cada produção acadêmica, dando destaque, neste artigo, para a perspectiva epistemológica e o posicionamento epistemológico. Acompanhamos a posição de Mainardes (2017) de que toda classificação é arbitrária, por isso se trata de um exercício analítico para contribuir para um balanço da produção acadêmica acerca da mercantil-filantropização da educação. Assim, na Tabela 1, encontram-se as pesquisas e a indicação da perspectiva teórico-epistemológica utilizada.

Tabela 1 – Perspectivas teórico-epistemológicas que fundamentam teses, dissertações e artigos sobre a mercantil-filantropização da educação – Brasil (2012-2022)

| Categoria | Artigo/Dissertação/Tese | Nº |
|---|---|-----------|
| Teorização combinada | Brito e Marins (2020), Ceccon e Momma-Bardela (2016), Espinosa (2017) e Martins (2019). | 4 |
| Materialismo histórico-dialético | Adrião (2018), Adrião <i>et al.</i> (2012), Adrião <i>et al.</i> (2016), Andrade (2014), Araújo (2016), Araujo (2022), Araújo, Freres e Segundo (2022), Batista (2019), Bezerra (2019), Caetano (2018), Catini (2020, 2021), Costa (2021), Deitos (2019), Esteves (2020), Estormovski e Esquinsani (2022), Farias (2021, 2022a, 2022b), Fontes (2020), Lamarão e Lamosa (2022), Mafra (2021), Martins (2015), Melo e Silva (2021), Montano (2018), Motta (2016), Motta e Andrade (2020a, 2020b), Nogueira (2021), Oliveira (2019), Pessoa e Cruz (2013), Pina (2014, 2016a, 2016b), Rodrigues (2020), Sakata e Melo (2021), Santos (2017), Shiroma e Evangelista (2014), Silva e Diniz (2014), Silva <i>et al.</i> (2021), Silva, Souza e Richter (2015), Souza, C. (2013, 2016, 2017), Souza, M. (2017), Souza (2020) e Vieira (2019). | 47 |
| Teorização adicionada | Oliveira Junior (2022), Pereira (2019) e Pinheiro (2018). | 3 |

| Categoria | Artigo/Dissertação/Tese | Nº |
|---------------------------------------|--|-----------|
| Enfoque neoinstitucional | Caetano e Mendes (2020) e Faria (2019). | 2 |
| Enfoque histórico-sociológico | D'Ávila (2020), Galzerano (2016), Gesu, Koga e Gimenez (2020), Martins e Krawczyk (2018), Peroni e Caetano (2015), Ramos e Dri (2012). | 6 |
| Teoria de Bourdieu | Pipinis (2022). | 1 |
| Enfoque jurídico-institucional | Mizuki (2013), Silva (2020) e Silva (2018). | 3 |
| Total | | 66 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do Catálogo da BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Periódicos CAPES, *Redalyc Scientific Information System* e *Google Acadêmico* (2024).

Os trabalhos listados na Tabela 1 abordam, no geral, a mercantil-filantropização da educação, destacando os processos de mercantilização da educação a partir da abordagem de temas como “parcerias” público-privadas, mercantilização da educação, filantropia empresarial, globalização e políticas educacionais. A maioria das pesquisas utiliza uma análise crítica, de acordo com a perspectiva teórico-epistemológica adotada na análise. O mapeamento das abordagens teórico-epistemológicas nas produções acadêmicas evidencia a diversidade de abordagens que permeiam as pesquisas em áreas como Educação, Ciências Sociais e Humanidades.

A classificação das pesquisas tem por base o formato realizado por Mainardes (2017) sobre a análise de artigos relacionados ao campo da política educacional. Todavia, as produções que analisamos evidenciaram uma perspectiva epistemológica, diferentemente da análise sobre políticas educacionais realizada pelo autor, em que 5,8% dos trabalhos analisados não apresentaram nenhuma evidência de fundamentação.

A teorização combinada foi realizada por Brito e Marins (2020), Ceccon e Momma-Bardela (2016), Espinosa (2017) e Martins (2019), em busca de integrar diferentes perspectivas teóricas, permitindo uma análise multifacetada do objeto investigado. Essa abordagem é especialmente útil para examinar as práticas educativas e sua interação com contextos sociais e políticos diversos.

Os estudos elencados no materialismo histórico-dialético (Tabela 1), por sua vez, consideram que essa perspectiva oferece uma base teórica robusta para investigar a estrutura social que interfere na educação. Essa perspectiva crítica ressalta a importância de se considerar as relações de produção e poder, evidenciando como as desigualdades sociais se refletem nas práticas e políticas educacionais, a partir do antagonismo entre capital e trabalho e de como o Estado atua como um mediador desses antagonismos, imprimindo os interesses hegemônicos da classe dominante nas políticas educacionais.

As abordagens como o enfoque neoinstitucional, representado por Adrião *et al.* (2012), Caetano e Mendes (2020) e Faria (2019), e o jurídico-institucional, explorado por Mizuki (2013), Silva (2020) e Silva (2018), buscam compreender as relações entre normas, instituições e comportamento social. Essa perspectiva permite uma análise da influência normativa e estrutural das instituições sobre a organização social.

A teorização adicionada, utilizada por Oliveira Junior (2022), Pereira (2019) e Pinheiro (2018), sobrepõe ideias e perspectivas de diferentes autores, resultando em um referencial teórico não articulado. No diálogo com perspectivas como a abordagem neoinstitucional, que enfatiza o papel das instituições na educação, conforme Pina (2014) e Silva e Diniz (2014), a ausência de integração teórica pode comprometer a análise.

A abordagem histórico-sociológica oferece uma análise que considera tanto as influências históricas nas práticas educativas quanto as construções culturais que permeiam o ambiente escolar. A abordagem histórico-sociológica, exposta por D'Ávila (2020), Galzerano (2016), Gesu, Koga e Gimenez (2020), Martins e Krawczyk (2018), Peroni e Caetano (2015), Ramos e Dri (2012), analisa como as condições sociais e históricas moldam as instituições educacionais.

A Teoria de Bourdieu, representada por Pipinis (2022), é fundamental para entender como as relações de poder e os diferentes tipos de capital (cultural, social e econômico) influenciam o acesso e a experiência educacional. A análise bourdieusiana pode ser articulada com a abordagem jurídico-institucional, que examina a estrutura jurídica e as políticas que regulam a educação, conforme apresentado por Mizuki (2013), Silva (2020) e Silva (2018). Essas perspectivas revelam a intersecção entre a legislação e as práticas sociais, destacando como as normas jurídicas podem garantir ou limitar o acesso à educação.

O mapeamento das abordagens teórico-epistemológicas no campo educacional revela uma ampla diversidade de perspectivas, que vão desde o materialismo histórico-dialético até abordagens institucionais e sociológicas. Cada uma dessas abordagens oferece contribuições valiosas para a análise das interações entre o setor público, privado e os empresários da educação, bem como para a compreensão dos processos de mercantilização e das políticas educacionais.

Assim, o quadro reflete diferentes perspectivas epistemológicas que permitem ao pesquisador abordar características sociais de maneira diferenciada, ora priorizando a estrutura social e suas determinações históricas, ora focando nas influências institucionais ou nas práticas culturais, refletindo a complexidade das questões educacionais. As intersecções entre diversas perspectivas se fazem presentes nas pesquisas que utilizam a teorização combinada.

Entre as abordagens teórico-epistemológicas apresentadas nas pesquisas, o materialismo histórico-dialético se destacou como a abordagem predominante, com um total de 49 trabalhos identificados. Essa preferência reflete a adoção dessa perspectiva teórico-epistemológica para compreender as relações sociais, históricas e econômicas em estudos acadêmicos, especialmente em contextos que exigem uma análise crítica, como é o caso da mercantil-filantropização da educação. Tal predomínio sinaliza uma produção acadêmica que busca contribuir para transformações estruturais e nas dinâmicas de poder, em detrimento de abordagens meramente descritivas.

Em relação ao posicionamento epistemológico, foram determinantes nas pesquisas as posições analítica, crítico-analítica, empirista, crítico-normativa, crítico-radical e culturalista. A partir desses diferentes posicionamentos, separamos os artigos, as dissertações e as teses conforme o posicionamento de cada pesquisador, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Posicionamentos epistemológicos que fundamentam teses, dissertações e artigos sobre a mercantil-filantropização da educação – Brasil (2012-2022)

| Posicionamento epistemológico | Artigos/Dissertações/Teses | Nº |
|-------------------------------|---|----|
| Analítico | Melo e Silva (2021), Oliveira (2019), Oliveira Junior (2022), Pessoa e Cruz (2013), Pinheiro (2018), Santos (2017), Souza, M. (2017) e Vieira (2019). | 8 |

| | | |
|--------------------------|---|----|
| Crítico-analítico | Adrião <i>et al.</i> (2016), Araújo (2016), Araujo (2022), Bezerra (2019), Brito e Marins (2020), Cecon e Momma-Bardela (2016), Deitos (2019), Esteves (2020), Galzerano (2016), Gesu, Koga e Gimenez (2020), Mafra (2021), Martins (2015), Martins e Krawczyk (2018), Motta e Andrade (2020a, 2020b), Peroni e Caetano (2015), Pipinis (2022), Ramos e Dri (2012), Sakata e Melo (2021), Shiroma e Evangelista (2014), Silva <i>et al.</i> (2021), Silva, Souza e Richter (2015) e Souza, C. (2013, 2016, 2017). | 25 |
| Empirista | Martins (2019), Pina (2016a, 2016b), Silva e Diniz (2014). | 4 |
| Crítico-normativo | Costa (2021), Mizuki (2013), Montano (2018), Pipinis (2022), Silva (2018) e Silva (2020). | 6 |
| Crítico-radical | Adrião (2018), Adrião <i>et al.</i> (2012), Andrade (2014), Araújo, Freres e Segundo (2022), Batista (2019), Caetano (2018), Caetano e Mendes (2020), Catini (2021), Faria (2019), Farias (2021, 2022a, 2022b), Fontes (2020), Lamarão e Lamosa (2022), Mota (2016), Pina (2014) e Rodrigues (2020). | 17 |
| Culturalista | D'Ávila (2020), Espinosa (2017), Estormovski e Esquinsani (2022), Nogueira (2021) e Pereira (2019). | 5 |
| Total | | 65 |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do Catálogo da BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Periódicos CAPES, *Redalyc Scientific Information System* e *Google Acadêmico* (2023).

Os dados apresentados revelam uma diversidade de posicionamentos epistemológicos nas pesquisas educacionais analisadas, variando entre enfoques críticos, analíticos, empíricos e culturais. Observamos que a predominância se dá nos enfoques crítico-analítico e crítico-radical, com 24 e 18 trabalhos, respectivamente. Isso sugere uma tendência dos pesquisadores em explorar a relação complexa entre a estrutura social e as questões culturais nas práticas educacionais.

Os autores elencados na Tabela 2, com o posicionamento epistemológico crítico-analítico, utilizaram o materialismo histórico-dialético para examinar as relações entre Estado e políticas educacionais. A pesquisa crítico-analítica é vista como fundamental para revelar as contradições entre as políticas implementadas e os interesses das classes dominantes. Do mesmo modo, o posicionamento crítico-radical, evidenciado em 18 produções acadêmicas, explora a análise dos determinantes econômicos na educação, indicando que somente a superação da estrutura social capitalista pode possibilitar a superação da mercantilização da educação no atual estágio do desenvolvimento do capital, situando-se, portanto, na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Batista (2019), por exemplo, utiliza essa perspectiva para criticar a mercantilização da educação, defendendo uma mudança radical para combater as desigualdades estruturais no sistema escolar.

O enfoque culturalista, com cinco trabalhos, representado por D'Ávila (2020), Espinosa (2017), Estormovski e Esquinsani (2022), Nogueira (2021) e Pereira (2019), enfatiza a importância dos contextos culturais e dos significados sociais associados às práticas educacionais. Espinosa (2017), por exemplo, explora como as experiências culturais dos estudantes influenciam suas percepções e seu desempenho escolar, evidenciando que o processo educacional não ocorre isoladamente, mas é moldado pelas identidades culturais e sociais. Esse enfoque ajuda a interpretar os fenômenos educacionais além dos fatores econômicos e políticos, ao considerar as influências culturais que permeiam as práticas educacionais.

O posicionamento analítico de Melo e Silva (2021), Oliveira (2019), Oliveira Junior (2022), Pessoa e Cruz (2013), Pinheiro (2018), Santos (2017), Souza, M. (2017) e Vieira (2019), e o empirista, com Martins (2019), Pina (2016a, 2016b) e Silva e Diniz (2014), reforçam a valorização de abordagens metodológicas objetivas e baseadas na observação detalhada dos fenômenos.

O posicionamento crítico-normativo está representado em seis trabalhos: Costa (2021), Mizuki (2013), Montano (2018), Pipinis (2022), Silva (2018) e Silva (2020), indicando uma menor prioridade na pesquisa em guiar as práticas e políticas educacionais para ideais de justiça e equidade. Nessa linha, Mizuki (2013) e Silva (2020) utilizaram o enfoque jurídico-institucional para propor normas e padrões que assegurem direitos e deveres no contexto educacional, analisando, por exemplo, a aplicação de leis e diretrizes educacionais em instituições públicas. Esse posicionamento reflete um compromisso ético com a educação e busca articular mudanças práticas por meio de regulamentações que promovam a equidade educacional.

Ao observarmos os dados da Tabela 2, a predominância do posicionamento crítico-analítico indica uma tendência entre os pesquisadores de não apenas buscar a compreensão, mas também de se engajar em uma crítica que desafie as normas estabelecidas. Isso sugere uma abordagem mais reflexiva e comprometida com a transformação social. Em contraste, o empirismo apresenta uma presença menor, o que pode indicar a prioridade dada pelos pesquisadores às análises críticas em relação a uma abordagem puramente observacional.

Os posicionamentos crítico-normativo e culturalista evidenciam a necessidade de uma reflexão contínua sobre as normas e os valores que regem as práticas acadêmicas e sociais, promovendo um entendimento mais abrangente e sensível às diversidades culturais. Por fim, o crítico-radical se destaca como um posicionamento que clama por mudanças profundas, reforçando a urgência de ações que transcendem a crítica e visam transformações sociais concretas.

A análise realizada por meio da metapesquisa revelou a existência de investigações com diferentes níveis de profundidade: algumas demonstram maior amadurecimento teórico, enquanto outras focam mais em aspectos técnicos. Pesquisadores como Ball, Maguire e Braun (2016), Fávero e Tonieto (2016), Mainardes (2017), Tello (2012), entre outros, ressaltam que a teoria é indispensável na análise de políticas, pois sua ausência pode limitar a análise rigorosa, profunda e crítico-analítica do pesquisador. Em certos casos, o problema não está na falta de um embasamento teórico, mas sim na conexão frágil entre a teoria empregada e as análises desenvolvidas, resultando em uma integração limitada entre a base teórica e os dados analisados.

A análise das pesquisas mostra uma variedade de enfoques teórico-epistemológicos, com predominância dos posicionamentos crítico-analítico e crítico-radical, evidenciando um compromisso com o entendimento das dinâmicas de poder e de reprodução das desigualdades na educação a partir dos processos de mercantilização. Esses enfoques não apenas promovem uma compreensão crítica das políticas educacionais, mas também desafiam normas estabelecidas e defendem mudanças estruturais. A metapesquisa realizada revela uma diversidade de níveis de amadurecimento teórico, indicando que a integração entre teoria e prática analítica é essencial para uma análise rigorosa e coerente.

Considerações finais

Este artigo analisou as perspectivas teórico-epistemológicas dos estudos sobre empresariamento e mercantilização filantrópica no campo educacional, revelando uma diversidade de abordagens, o que reflete a complexidade das dinâmicas atuais entre interesses empresariais, políticas públicas e práticas filantrópicas. A pesquisa ressaltou a importância da reflexividade epistemológica para o pesquisador, que deve adotar uma postura crítica para evitar simplificações analíticas e aprofundar a compreensão das dinâmicas educacionais.

O mapeamento epistemológico contemporâneo fornece uma visão abrangente sobre como os pesquisadores têm abordado o tema da mercantilização da educação, evidenciando a

contribuição das múltiplas perspectivas para enriquecer a compreensão da intersecção entre capital, trabalho, Estado e educação.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200011>

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T. O. G.; BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H.; PAIVA, G. B.; XIMENES, S. B. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, p. 113-131, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>

ANDRADE, L. M. **Neoliberalismo e hegemonia burguesa**: ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas). 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

ARAÚJO, H. G. **A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular**: a política investigada por redes. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ARAÚJO, S. B. **Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital**: a fundação Bradesco no centro do debate. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

ARAÚJO, S. B.; FRERES, H. de A.; SEGUNDO, M. das D. M. Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital: a Fundação Bradesco no centro do debate. **Cadernos de Estudos e Pesquisas do Sertão da Feclesc/Uece**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 80-85, 2022.

BACHELAR, G. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BATISTA, M. C. da S. G. **Salvador, cidade educadora e os ciclos de parceria público-privado (2005-2012)**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

BEZERRA, V. de O. **Empresários e educação**: consentimento e coerção na política educacional do ensino médio. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 1989.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRITO, S. H. A. de; MARINS, G. A. M. de B. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>

CAETANO, M. R. A Educação no contexto de crise do capital e as relações entre Estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 153-168, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201842451p.153-168>

CAETANO, M. R.; MENDES, V. da R. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75939>

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 53-68, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68>

CATINI, C. de R. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90-118, 2021.

CECCON, M. L. L.; MOMMA-BARDELA, A. M. As parcerias com instituições sem fins lucrativos: desafios e implicações para a oferta da Educação Infantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 6, n. 2, p. 88-105, 2016.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSTA, R. E. C. A. A Parceiros da Educação e o processo de colonização da educação pública. **Revista Vértices**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 773-787, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n32021p773-787>

D’AVILA, C. M. **Governança filantrópica nas redes estaduais de ensino: a sociedade civil organizada e a política de educação integral**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

DEITOS, J. M. **A Hegemonia empresarial na Educação Brasileira: uma análise do Movimento Todos Pela Educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

ESPINOSA, B. R. S. **Redes empresariais na política educacional: os casos do Brasil e da Colômbia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ESTEVES, T. de J. **O papel do INEP na reforma gerencial dos sistemas públicos de ensino no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Nova Iguaçu, 2020.

ESTORMOVSKI, R. C.; ESQUINSANI, R. S. A filantropização da educação como mecanismo de privatização da intelectualidade do professor. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.52885>

FARIA, D. B. **Parcerias público-privadas em educação**: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>

FARIAS, A. M. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532>

FARIAS, A. M. O empresariamento da educação pública: Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 13, n. 38, p. 634-653, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v13i38.6071>

FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2016.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 8, n. 14, p. 15-35, 2020. DOI: <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2020.351>

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FREITAS, L. C. de. **Educação e neoliberalismo**: limites e possibilidades da política educacional brasileira. São Paulo: Cortez, 2004.

GALZERANO, L. S. **Grupos empresariais e educação básica**: estudo sobre a Somos Educação. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2008.

GESU, V. S. D.; KOGA, D. H. U.; GIMENEZ, R. Políticas sociais e educacionais: uma dualidade entre cidadania e filantropia. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 136-159, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae19828632v13n22020p136a159>

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 105-117.

LAMARÃO, M. V. M.; LAMOSA, R. de A. C. O conformismo neoliberal e o empresariamento da educação. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.52885>

MAFRA, J. P. **Fundação Lemann e parceiros**: influências e orientações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2021.

MAINARDES, J. A Pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59762>

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Rediscovering Institutions: the organizational basis of politics**. New York: Free Press, 1989.

MARTINS, A. S. Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política e educação escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 291-313, 2015.

MARTINS, E. M. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>

MARX, C.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCLENNAN, G. **Pluralism**. Buckingham: Open University Press, 1995.

MELO, M. P.; SILVA, B. A. R. D. Privatização das Políticas Educacionais no Brasil: uma análise do censo IBGE-IPEA 2005 das Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2114664.015>

MIZUKI, V. **Atuação do Ministério Público no processo de expansão de parcerias entre municípios paulistas e empresas educacionais para aquisição de sistemas de ensino**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MONTANO, M. R. **A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MOTTA, V. C. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 68, p. 323-337, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i68.8644082>

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-13, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.224423>

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. de. O empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 1, n. 1, p. 64-86, jan./jun. 2020b. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdciv.2020.54751>

NOGUEIRA, D. F. **A mercantilização da educação pública: a OSCIP “Parceiros da Educação”**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

OLIVEIRA, M. T. O grupo Lemann e o novo papel dos aparelhos privados de hegemonia no campo da educação no Brasil. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 4, n. 7, p. 159-170, jul./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.29404/rtps-v4i7.335>

OLIVEIRA JUNIOR, R. de. **Implementação da política pública de certificação de entidades beneficentes de assistência social na área de Educação (CEBAS Educação) no Distrito Federal**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PEREIRA, R. da S. Proposições da OCDE e sua materialização na política educacional brasileira. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, e20900, p. 1-24, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.20900>

PERONI, V. M.; CAETENO, M. R. O público e o privado na educação - Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PESSOA, J. de M.; CRUZ, J. A. da. Sociedade civil – a caixa preta dos movimentos sociais: para entender a relação entre empresa e escola pública. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 19, n. 38, p. 129-146, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v19i38.4095>

PIERSON, P. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PINA, L. D. Empresários e responsabilização educacional: ensaio sobre a atuação de novos intelectuais coletivos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 88-97, 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v6i1.9508>

PINA, L. D. “Responsabilidade social” e educação escolar: o projeto de Educação Básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 306, abr. 2016a.

PINA, L. D. **Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016b.

PINHEIRO, D. **O movimento “Todos pela Educação”**: o público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PIPINIS, V. T. **Os bilionários na escola: um estudo sobre a filantropia familiar educacional**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

RAMOS, M. D.; DRI, W. I. de O. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 71-80, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i1.15828>

RODRIGUES, A. **O Grupo Globo e a formação do trabalhador de novo tipo: atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da Pedagogia da Hegemonia (1977-2000)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) –

Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Nova Iguaçu, 2020.

SAKATA, K. L. da S.; MELLO, D. C. F. de. A relação público-privado como objeto de pesquisa no campo da Política Educacional: teoria gramsciana em foco. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, p. 1-15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.6.18467.008>

SANTOS, M. I. dos. **A proposta de educação para o empreendedorismo do Instituto empreender Endeavor**: um estudo sobre parceria público-privada. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014.

SILVA, A. D. dos S. **Organizações sociais na educação básica**: mapeamento e caracterização de marcos legais em estados do Nordeste. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

SILVA, F. X. O terceiro setor e a nova pedagogia da hegemonia: o caso do Instituto Ayrton Senna. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 24, n. 2, p. 102-118, 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/2448-0215.2018.242909>

SILVA, M. M. da; DECKER, A. I.; FAUST; J. M. MALGAREJO, M. M. Formação da classe trabalhadora em tempos de pandemia e crise do capital: a agenda dos aparelhos privados de hegemonia. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 19, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00322>

SILVA, M. V.; DINIZ, P. V. L. Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, p. 43-59, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100003>

SILVA, M. V.; SOUZA, V. A.; RICHTER, L. M. Educação e classes sociais: as “redes de políticas públicas” e o ethos mercantil na esfera pública. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 653-672, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v17i3.8638251>

SOUZA, C. Mundialização da educação e responsabilidade social. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 11, n. 17, p. 1-29, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.11i17.p8454>

SOUZA, C. A. A hegemonia do projeto educativo do empresariado no Brasil e em Portugal. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 68, p. 288-304, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i68.8644729>

SOUZA, C. A. Responsabilidade social na educação: Brasil e Portugal no século XXI. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 86-95, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21347>

SOUZA, I. de. **A Pedagogia Gerencialista do Capital**: neoliberalismo, empresariamento e mercadorização da educação “pública”-estatal (Fundação Lemann, Instituto Unibanco e o Estado do Piauí–2003/2017). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SOUZA, M. B. de. **Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na Educação Básica**: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta

Redonda/RJ. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu/Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003>

TILLY, C. **Contentious performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

VIEIRA, N. S. **Hegemonia do capital financeiro na educação brasileira**: a atuação do Itaú Unibanco na política educacional. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2001.

Recebido em 28/01/2025

Versão corrigida recebida em 06/03/2025

Aceito em 10/03/2025

Publicado online em 31/03/2025